

Estudo Técnico Preliminar 50/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.058102/2024-25

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente estudo tem por finalidade verificar a viabilidade técnica para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos, EPI's e uniformes, de forma continuada ou sob demanda, com e sem dedicação exclusiva de mão de obra, do serviço de carregadores, sem dedicação exclusiva e sob demanda, nos imóveis das Gerências Executivas de Criciúma e Chapecó e suas unidades jurisdicionadas, e também do serviço de copeiragem com dedicação exclusiva de mão de obra para o prédio da Superintendência Regional Sul do INSS em Florianópolis/SC.

2.2. A nova contratação visa substituir o contrato nº 67/2023 (SEI 13230384) celebrado entre esta Autarquia e a empresa F. C. SARABIA LTDA, para prestação de serviços de Limpeza, Conservação, Desinfecção e Carregadores nas unidades das GEXCHA e GEXCRI, o qual se encerrará em 21/09/2024, e que a gestão contratual sugeriu a não prorrogação do mesmo (SEI 14998661), a fim de preservar o interesse público e o bom funcionamento das atividades do Instituto, uma vez que a atual contratada vem cometendo faltas na execução contratual e apresenta indícios de descumprimentos de obrigações trabalhistas, as quais tem sido objeto de apuração.

2.3. De acordo com o Documento de Formalização da Demanda (SEI 15102047), além da contratação de Limpeza, Conservação e Carregadores nas unidades das GEXCHA E GEXCRI, pretende-se contratar 1 (um) posto de copeira para a Superintendência Regional Sul do INSS.

2.4. A contratação conjunta de limpeza, carregadores e copeiragem já é uma solução adotada em outras Superintendências do INSS, como por exemplo na SRSE-I, no processo SEI 35014.063369/2022-72. O objetivo da contratação conjunta é o ganho de escala, pois um conjunto de postos da mesma região sendo licitados em um único grupo atrai mais fornecedores e, dessa forma, obtém-se propostas mais favoráveis à Administração. A contratação pretendida se justifica pelas seguintes razões:

2.4.1. A contratação dos serviços terceirizados de copeiragem, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, fundamenta-se no propósito da Superintendência Regional Sul ser a representação máxima da Instituição na região sul recebendo diariamente várias autoridades.

2.4.2. A contratação dos serviços de carregadores se justifica pela necessidade da execução de tarefas relacionadas ao transporte de materiais, mudança de posicionamento de bens permanentes tais como, mobiliário, computadores, utensílios, movimentações de galões de água, e ao apoio na entrega de material de consumo e permanente, além de outras demandas correlatas que ocorrem na Autarquia.

2.4.3. A contratação dos serviços de limpeza, conservação e higienização se justifica pela necessidade da Administração de conservar, higienizar e limpar suas instalações, a fim de prevenir acidentes, elevar os níveis de satisfação, melhorar a qualidade de vida dos usuários e combater doenças.

2.4.4. Com relação ao serviço de desinfecção de ambientes, que consta no contrato nº 67/2023, atualmente vigente, informamos que não foi incluído no presente processo em virtude do contido na Portaria PRES/INSS nº 1.727, de 18 de julho de 2024 (SEI 17083118), que determina a exclusão de tal serviço nos contratos de limpeza e conservação, conforme art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, alínea "a".

2.5. Ademais, a futura contratação deverá se estender por mais de um exercício financeiro, considerando que a sua interrupção comprometerá a continuidade das atividades precípua do INSS e está enquadrado como serviço de natureza continuada, na forma estabelecida nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Os serviços a serem contratados se enquadram na classificação de SERVIÇOS COMUNS, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais do mercado (art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 2021). Também se enquadram nos pressupostos do art. 3º, § 1º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso VI do art. 7º do Decreto nº 9.507/2018 e arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

2.8. As situações relatadas podem representar um impacto direto na qualidade e na continuidade do atendimento prestado aos cidadãos nas Agências da Previdência Social, bem como no funcionamento das unidades administrativas do Instituto, ocasionando perda de produtividade, insatisfação de servidores e cidadãos e, consequentemente, prejuízos à imagem institucional.

2.9. Nesse sentido, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, carregadores e copeira apresenta-se como uma alternativa viável, oferecendo diversas vantagens técnicas e econômicas, dentre as quais se destacam:

2.9.1. A capacidade das empresas especializadas na prestação dos serviços pretendidos em planejar, coordenar, administrar e executar suas obrigações por meio de profissionais treinados para a função que desempenham, a disponibilidade de equipamentos, acessórios, insumos e materiais necessários à execução dos referidos serviços.

2.10. A contratação pretendida representa ação que colabora com as iniciativas previstas no ceto de contratos, por meio da qual se busca alcançar os objetivos estratégicos institucionais, especialmente no que concerne à busca incessante pela melhoria do atendimento à população, objetivo primordial do Planejamento Estratégico do INSS.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendente Regional Sul	ALBERTO CARLOS FREITAS ALEGRE

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos Legais:

4.1.1. Leis Federais:

Lei nº 14.133/2021: Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, Lei autárquicas e fundacionais;

Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;

4.1.2. Decretos:

Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Decreto nº 3.555/2000: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

4.1.3. Instruções Normativas

Instrução Normativa SG/MPDG nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;

Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2018: Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.

Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização da pesquisa de preços;

4.1.4. Portaria

Portaria PRES/INSS nº 1.586, de julho de 2023: Diretrizes Técnicas de limpeza e conservação;

Portaria DIROFL/INSS Nº 156, de 13 de novembro de 2023: Planilha de custos;

Portaria PRES/INSS nº 1.727, de 18 de julho de 2024: Determina a adoção de medidas de redução de despesas.

OBS: Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

4.2. Requisitos de Manutenção:

Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos produtos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pelo contratante, quando for o caso.

4.3. Requisitos Temporais

O prazo para execução do futuro contrato será de 12 (doze) meses, prorrogado por igual período, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei 14.133/2021.

A manutenção do contrato será avaliada a cada 12 (doze) meses, tanto sob o ponto de vista econômico, quanto à qualidade dos serviços prestados.

4.4. Requisitos de Segurança

Os funcionários da contratada deverão adequar-se às regras de segurança, de circulação e de identificação do INSS, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança no Trabalho.

4.5. Requisitos de projeto e de implementação

Todos os equipamentos e materiais necessários à prestação dos serviços deverão atender plenamente ou superar as especificações técnicas estabelecidas.

4.6. Requisitos de experiência profissional

A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, profissionais capacitados e com perfil e competências compatíveis com as tarefas que lhe serão atribuídas, de modo que garantam o andamento da prestação dos serviços.

A Contratada deverá dispor de profissionais obrigatoriamente contratados de acordo com a legislação trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), obedecidas também outras disposições constantes de acordos ou convenções coletivas de trabalho, celebrados entre entidades sindicais, e qualificados conforme cada categoria profissional.

4.7. Requisitos de formação da equipe

A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, pelo menos um representante formalmente designado, que se responsabilizará pela administração e coordenação de seus empregados alocados ao contrato, podendo, inclusive, se for o caso, ser designado como preposto da empresa para representá-la perante a Administração.

4.8. Requisitos de metodologia de trabalho

Os empregados da contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado.

4.9. Requisitos de segurança da informação

Todos os funcionários da contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do INSS.

4.10. Requisitos da Qualificação Técnica da Contratada:

A contratada deverá apresentar comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de 03 (três) anos serem ininterruptos.

Embora o conteúdo do Acórdão 2870/2018 cite que *"a exemplo de zeladoria, limpeza, conservação e dedetização de grupos sanitários, lavatórios e vestiários, há atividades em relação às quais não me parece que a empresa com 3 anos de experiência tenha melhores condições de execução a contento do que outra que tenha executado quantitativo equivalente em , essa equipe de planejamento entende que por se tratar de contrato com dedicação exclusiva prazo inferior"*, a experiência de 03 anos dá à Administração, além da comprovação da experiência um bom indício da solidez da futura Contratada, reduzindo-se assim os riscos com relação à sua descontinuidade.

Como justificativa, demonstra-se abaixo a exigência imposta nas licitações anteriores da SRSUL:

PARANÁ					
#	PE	Exigência Técnica	Exigências Econômicas	Unidade	Vigência
	20/2021	1 ano, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Curitiba e Ponta Grossa	20/12/2021 a 20/12/2022
	03/2019	3 anos	PL 10%, CCL 16,66%	Maringá	11/11/2019 a 11/05/2022
	03/2018	3 anos, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Cascavel	03/12/2018 a 30/04/2022
	03/2017	3 anos, 100%	PL 10%, CCL 16,66%	Londrina	20/11/2017 a 30/05/2022

SANTA CATARINA					
#	PE	Exigência Técnica	Exigências Econômicas	Unidade	Vigência
	03/2016	3 anos, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Florianópolis	18/04/2016 a 18/04/2022
	03/2020	3 anos, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Joinville	24/11/2021 a 24/05/2022
	18/2021	1 ano, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Blumenau	01/09/2021 a 01/09/2022
	02/2020	3 anos, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Criciúma	25/05/2020 a 25/05/2022
	07/2019	3 anos, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Chapecó	06/03/2019 a 30/05/2022

RIO GRANDE DO SUL					
#	PE	Exigência Técnica	Exigências Econômicas	Unidade	Vigência
	02/2019	3 anos, 100%	PL 10%, CCL 16,66%	Canoas	30/10/2019 a 30/05/2022
	02/2019	3 anos	PL 10%, CCL 16,66%	Porto Alegre	01/07/2019 a 01/04/2022
	05/2017	3 anos, 20 postos	PL 10%, CCL 16,66%	Novo Hamburgo	29/01/2018 a 29/12/2022
	28/2021	1 ano, 100% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Uruguaiana	03/01/2022 a 03/01/2023
	01/2020	3 anos, 50% da área	PL 10%, CCL 16,66%	Pelotas	21/12/2020 a 21/05/2022
	04/2016	3 anos, 50%	PL 10%, CCL 16,66%	Santa Maria	01/08/2016 a 30/05/2022
	17/2021	1 ano, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Caxias do Sul	27/09/2021 a 27/09/2022
	DL 01/2020 – PE 01/2019	3 anos, 50% postos	PL 10%, CCL 16,66%	Passo Fundo	30/10/2020 a 30/05/2022
	01/2017	3 anos, 50% dos postos	35263.000018/2017-51	Ijuí	10/05/2017 a 30/05/2022

Conforme demonstrado acima, todos os contratos anteriores da SRSUL, cujas licitações ocorreram antes de 2021 (antes da centralização) possuíam exigência de, no mínimo, 3 anos (com percentual de experiência exigido conforme quantidade de postos do contrato). Esses contratos, salvo algumas exceções, foram satisfatoriamente executados, muitos inúmeras vezes, comprovando que trataram-se de contratações bem sucedidas, que atenderam à Administração.

Antes da licitação centralizada, porém, após a criação do SERLIC, a SRSUL realizou algumas contratações nas quais foram exigidos apenas um ano de experiência, a saber os processos 35014.224868/2021-61 (Limpeza Blumenau), 35014.203479/2021-01 (Limpeza Caxias do Sul), 35014.203509/2021-71 (Limpeza Curitiba e Ponta Grossa) e 35014.316398/2021-61 (Limpeza Uruguaiana), cujos Gestores dos Contratos apontaram dificuldades das contratadas apresentarem garantias válidas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 577 - SEI 6588169, além de outras inexecuções, tais como de atrasos nos pagamentos de salários dos funcionários, atrasos de entrega de uniformes e materiais e assim prejudicando sobremaneira a execução contratual.

A equipe entende que a redução da exigência de habilitação técnica no ano de 2021 afetou a qualidade das contratações.

A SRSUL realizou em 2022 uma licitação Centralizada de Limpeza (Pregão Eletrônico 12/2022), com o objeto dividido em 7 Grupos, retornando à exigência de 03 (três) anos de experiência mínima e como consequência tivemos em 5 dos 7 polos o serviço satisfatoriamente atendido. Tem-se atualmente apenas uma ocorrência de rescisão e contratação de remanescente (Polo V) e o presente processo (Polo IV) no qual não há interesse na prorrogação.

Com a manutenção da exigência de 03 anos de experiência a Equipe de Planejamento visa afastar da disputa empresas "aventureiras", com pouco conhecimento de mercado e pouca solidez. Considerando que a manutenção da contratação com o agrupamento de duas GEX em um único contrato mantém consideravelmente altos os valores contratados e também a quantidade de funcionários disponibilizados no contrato, os efeitos danosos de uma contratação ruim tomam grandes vultos, afetando várias unidades.

O período de experiência a ser exigido não se refere à experiência na limpeza propriamente dita, mas sim, experiência do Contratado com relação à sua capacidade administrativa de gestão da mão de obra a ser fornecida ao INSS e também à solidez do Contratado.

Salienta-se que a exigência de 3 anos de experiência em licitações de limpeza e conservação jamais afetaram a competitividade dos certames realizados pela SRSUL, tanto que na licitação 12/2022 não houve nenhum grupo com menos de 10 licitantes.

Pelos motivos acima expostos, será fixada no Termo de Referência a exigência de comprovação mínima de 3 anos de experiência referentes a 50% dos postos do serviço da parcela mais significativa da contratação, ou seja, limpeza e conservação.

4.11. Requisitos de Controle interno previstas no §1º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017 (conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador)

A adoção da Conta Vinculada para a presente contratação segue orientação da DGPA, que, através do Despacho SEI 1314057 forneceu a seguinte orientação: *"Quanto ao modelo de garantia a ser utilizado, esclarecemos que o INSS, após uma série de reuniões com representantes de diversas áreas da Administração Central, optou pela adoção da Conta-Depósito Vinculada como instrumento de gestão de risco para as contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra."* Desta forma, será utilizada a Conta Vinculada como instrumento de gestão de Risco na futura contratação.

4.12. Das Vedações

Não será permitida a participação de cooperativas, tendo em vista o Termo de Conciliação judicial firmado entre o MPU, a AGU e o Ministério Público do Trabalho, que constará no Anexo III do Edital.

Não será permitida a participação de consórcios para permitir a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, conforme Acórdão 1240/2008 - TCU - Plenário, pois se trata de contratação de serviço com foco no dia a dia da Administração, sem envolver alta complexidade técnica, prestado por inúmeras empresas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A SRSUL realizou em 2022 uma licitação centralizada, Pregão Eletrônico 12/2022, para os serviços de limpeza, conservação, desinfecção e carregadores, com a divisão dos serviços em 7 (sete) polos. Os 07 contratos foram firmados entre os meses de agosto a dezembro de 2022. Desses 07 contratos, 05 seguem sem intercorrências e devem ser prorrogados até o segundo semestre de 2026. Os contratos dos polos IV e V apresentaram falhas e foram substituídos, a saber:

5.1.1.O contrato do Polo V apresentou inexecução parcial em 2023, e foi rescindido e contratado o remanescente, de forma que a previsão de vigência segue a mesma, até o segundo semestre de 2026.

5.1.2. O contrato do polo IV de serviço de limpeza para a GEXCHA e GEXCRI foi novamente licitado em 2023, visto que a contratada não demonstrou interesse em prorrogar o Contrato a partir de 20/09/2023. Em 2024, há necessidade de nova licitação dos serviços para esse polo, os quais são objeto deste estudo, pois a empresa atualmente contratada não vem executando os serviços a contento e por esse motivo a gestão optou por não prorrogar o contrato nº 67/2023 (13230384) oriundo do Pregão 12/2023.

5.2. A pretensa contratação seguirá moldes parecidos com os da atual contratação, pregão 12/2023, na forma de agrupamento de duas GEX em um único grupo. A novidade que ocorrerá em relação à contratação atual será a inclusão de 1 posto dos serviços continuados de copeiragem (copeira), com dedicação exclusiva de mão de obra para a SRSUL em conjunto com a licitação para os serviços de limpeza, conservação, higienização e carregadores, para as Gerências de Criciúma e Chapecó.

5.2.1. A presente contratação conjunta tem por finalidade garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções de Estado), de forma contínua, eficiente e confiável, bem como obter a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da administração.

5.2.2. Ressalta-se que a contratação conjunta de limpeza, carregadores e copeiragem não é uma inovação e nem uma contratação exclusiva da Superintendência Regional Sul, é uma solução adotada em outras Superintendências, como por exemplo na SRSE-I, no processo SEI 35014.063369/2022-72, e também foram encontradas publicações no PCNP de contratações similares feitas por outros órgãos:

Aviso de Contratação Direta nº 90001/2024

Id contratação PNCP: 10870883000144-1-000001/2024

Modalidade da Contratação: Dispensa

Última Atualização: 06/02/2024

Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS

Local: Goiânia/GO

Objeto: Contratação emergencial de serviços de limpeza, recepção, copeiragem, carregamento e jardinagem, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Aviso nº 00066/2023

Id contratação PNCP: 10870883000144-1-000049/2023

Modalidade da Contratação: Dispensa de Licitação

Última Atualização: 21/09/2023

Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS

Local: Goiânia/GO

Objeto: Contratação emergencial dos serviços de limpeza, recepção, copeiragem, carregamento, jardinagem, operador de áudio e vídeo e operador de fotocopiadora, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Aviso nº 00052/2023

Id contratação PNCP: 10870883000144-1-000039/2023

Modalidade da Contratação: Dispensa de Licitação

Última Atualização: 31/07/2023

Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS

Local: Goiânia/GO

Objeto: Contratação emergencial de empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação, encarregado, jardinagem, copeiragem, recepção, carregamento e auxiliar de manutenção predial para o Câmpus Inhumas do Instituto Federal de Goiás

5.3. Justificativas da solução escolhida

5.3.1. Portanto, a partir da análise dos modelos de contratação disponíveis, o INSS promoverá a contratação da solução já praticada ao longo dos anos dentro da Autarquia e também por outros órgãos, ou seja, a contratação conjunta dos serviços de limpeza, carregadores e copeiragem, a qual visa o ganho de escala, pois um conjunto de postos da mesma região sendo licitados em um único grupo atrai mais fornecedores e dessa forma obtém-se propostas mais favoráveis à Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A pretensa contratação conjunta dos serviços de limpeza, carregadores e copeiragem seguirá premissas parecidas com as da atual contratação:

6.1.1. Limpeza, Conservação e Higienização

Os serviços de limpeza ordinária serão executados de acordo com a metodologia de referência para a contratação de serviços de limpeza e conservação, compatíveis com a produtividade de referência estabelecida na Instrução Normativa nº 05/2017, adaptadas às especificidades da demanda de Unidade, e com as Diretrizes Técnicas de limpeza e conservação da Portaria PRES /INSS nº 1.586, de julho de 2023.

6.1.2. Horas Eventuais de limpeza, conservação e higienização por demanda

O serviço será executado por demanda com estimativa de até 3 horas/mês por unidade para o serviço de limpeza e conservação que poderá ser demandado em caso de ações programadas de atendimento, manutenção e ações não programadas, como, por exemplo, fenômenos da natureza.

A solução já foi adotada com sucesso nas contratações anteriores, decorrentes do PE 12/2022 e do PE 12/2023. Não é possível haver atendimento aos cidadãos sem a presença do serviço de limpeza, sob o risco de se tornarem insalubres os ambientes nos quais circulam servidores e segurados.

Vislumbra-se com a solução um potencial benefício aos segurados, uma vez que os serviços terceirizados estarão disponíveis, tornando-se possível a realização de mutirões de atendimento, com antecipação de perícias e atendimentos. Dessa forma, fica demonstrado o atendimento ao Interesse Público na contratação.

6.1.3. Carregadores por demanda

O serviço de carregadores será contratado por diária, sob demanda, com o limite de 10 diárias/mês por Gerência Executiva, incluindo a possibilidade de meia diária, para até 20% do serviço estimado. Isso significa que até 2 diárias/mês por Gerência Executiva poderá ser demandado na forma de meia diária e tal serviço será executado com o pagamento da metade do valor proposto para a diária. Poderá também, em um pedido haver a solicitação de 1,5 diárias, ou seja, um carregador para trabalhar em tempo integral no dia e outro para cumprir apenas meia jornada. Dessa forma a gestão poderá racionalizar as demandas de forma que as diárias sejam bem aproveitadas, sem ociosidade, para otimizar a utilização do dinheiro público.

Para o referido serviço será admitida a subcontratação, visto que o serviço será por demanda conforme a necessidade da Autarquia e poderá ser executado em qualquer Unidade do INSS abrangida pelo contrato, desse modo exigir que a Contratada mantenha em seu quadro um empregado específico para atender essa demanda restringiria a competitividade do certame.

Os referidos serviços só serão prestados quando demandados pela Administração, através de Ordens de Serviços.

Os carregadores deverão se apresentar com equipamentos de proteção individual necessários para a regular prestação dos serviços e kit básico de ferramentas (que deverá conter no mínimo jogo de chaves, alicate e martelo) quando solicitado na OS.

6.1.4. Serviços de limpeza de Esquadrias com Exposição de Risco:

O serviço deverá ser realizado semestralmente em todas as unidades que possuírem esquadrias com risco por equipes externas ao Contrato, podendo, inclusive, ser objeto de subcontratação. A solução aqui descrita já foi utilizada por outros órgãos, tais como Receita Federal (PE 02/2021 - UASG 170321), IFSC (PE 48/2019 - UASG 158516), INSS SRI (PE 03/2021 - UASG 510178) e ainda pela Superintendência Regional Sul nas licitações anteriores (PE 12/2022 e PE 12/2023 - UASG 510181) e visa não restringir a competitividade, pois nem todos os fornecedores dos serviços de limpeza e conservação, possuem equipe especializada para limpeza de esquadrias de risco/fachadas envidraçadas.

Ainda, o serviço possui a mesma natureza da limpeza ordinária, tratando-se inclusive da mesma esquadria (a parte interna a ser limpa pela equipe fixa de limpeza e a parte externa pela equipe volante especializada). Por esse motivo a contratação não será realizada em processo distinto. A empresa contratada, mesmo em caso de subcontratação, permanece com toda a responsabilidade sobre a total execução do objeto do Contrato.

São consideradas esquadrias com exposição de risco as faces externas das esquadrias a partir do terceiro andar, ou, em situações excepcionais, esquadrias mais baixas que devido à características de construção não permitam a limpeza sem risco.

Ainda com relação às esquadrias com exposição de risco, pondera-se que os serviços são classificados como de natureza acessória ao objeto principal, uma vez que sua execução não impacta diretamente na higienização dos ambientes. Além disso, considerando que são executados semestralmente, os custos diluídos ao longo do contrato representam menos de 1% do valor estimado para os serviços de limpeza e conservação.

Ainda, justifica-se a permissão à subcontratação pois a proibição da mesma nesse serviço tão específico, a ser realizado por equipe especializada, restringiria a competitividade do certame, uma vez que obrigaria todos os licitantes a possuírem equipe treinada a ser disponibilizada em diversas unidades.

6.1.5. Serviço de Copeiragem

Pretende-se contratar 1 posto de 44h semanais dos serviços continuados de copeiragem (copeira), com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços, para atender as necessidades da sede da Superintendência Regional Sul do INSS em Florianópolis/SC.

O serviço de copeiragem objetiva a distribuição água, café e chá de infusão, 02 (duas) vezes pela manhã e 02 (duas) vezes à tarde no mínimo, manipular e preparar café no recinto das copas, no horário fixado pela Administração, bem como servir. Promover a conservação, asseio e limpeza dos utensílios das copas, equipamentos, bebedouros e zelar pelo bom funcionamento dos utensílios e equipamentos colocados a sua disposição, sempre comunicando, de imediato, qualquer dificuldade, defeito no equipamento ou outros fatos que venham a constituir óbice para a boa e perfeita execução dos serviços.

6.2. Regime de Execução

6.2.1. O Regime de Execução será o de empreitada por preço global para os itens referentes à limpeza e conservação e copeira, com dedicação exclusiva de mão de obra, e no regime de empreitada por preço unitário para os itens referentes a Horistas Limpeza Ordinária e Carregadores por diária, com a opção de meia diária - todos por demanda.

6.2.2. O regime de execução foi definido tendo como base a definição legal, considerando as características dos serviços a serem contratados. No caso dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, tanto a Administração quanto as Licitantes sabem de antemão os serviços a serem executados em termos quantitativos e qualitativos, conforme descrição no TR (metros quadrados a serem limpos, rotinas de limpeza, utilização de materiais). Já para os serviços sob demanda, a empreitada por preço unitário está justificada pela incerteza quanto à efetiva utilização da totalidade dos quantitativos previstos, de forma que cada unidade possui o valor fixo que será remunerado quando efetivamente executado.

6.3. Natureza dos serviços

6.3.1. Os serviços de limpeza, conservação, higienização, serviços gerais (carregador) e copeiragem possuem natureza continuada e permanente, cuja interrupção pode comprometer a prestação dos serviços da Administração. A contratação deverá estender-se por mais de um exercício financeiro, continuamente, estabelecendo condições adequadas de salubridade e higiene, assegurando integralidade ao patrimônio público, funcionamento das atividades finalísticas e o cumprimento da missão institucional do INSS.

6.3.2. O treinamento e administração da mão de obra terceirizada ficará a cargo da prestadora dos serviços, não implicando em custos adicionais para a contratação.

6.3.3. As funções de serventes elencadas neste instrumental estão enquadradas no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, sob o número 5143-20. Para os carregadores o enquadramento é de Serviços Gerais, também enquadrados no CBO 5143-20. E para a função de copeira está enquadrada no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, sob o número 5134-25.

6.4. Insalubridade:

6.4.1. Outra questão que precisa ser esclarecida na presente contratação é quanto a aplicação do adicional de insalubridade sobre os postos efetivos de trabalho. Como o INSS não possui laudo em cada uma de suas unidades, foram utilizadas para definição da estimativa de custos as regras das CCTs específicas de cada localidade.

6.4.2. Insalubridade Santa Catarina: Há previsão em CCT de pagamento de adicional de insalubridade em grau MÉDIO para todas as serventes.

6.5. Soluções propostas pela Gestão Contratual:

6.5.1. Acresce-se, às soluções ora mencionadas, a necessidade de atendimento das sugestões de melhoria para a futura contratação apresentadas pela Gestão contratual no despacho da LOG-LIMP - SRSUL (15160999). Abaixo relacionamos as solicitações e ações decorrentes de cada uma:

a) Ajustar os postos e as áreas das unidades da GEXCRI (áreas externas e esquadrinhas com exposição de risco) e fazer a divisão de áreas entre GEX e APS Criciúma: sugestão atendida e adequada a planilha de custo com base no levantamento de áreas atualizadas referentes à GEX Criciúma e Unidades Vinculadas realizado pela DENGPAI, conforme tabela do item 5 do Despacho SEI 15346764;

b) Implementar novamente o posto de encarregada com dedicação exclusiva e com atribuição de visita às unidades, visto que só a figura do supervisor não consegue fazer o devido acompanhamento e fiscalização da realização das rotinas de trabalho: sugestão atendida em partes, será novamente implementado a figura da encarregada, mas será mantido o uso do supervisor (sem dedicação exclusiva ao contrato) com finalidade de fazer as visitas mensais, conforme modelo seguido pelas demais contratações de limpeza da SRSUL;

c) Debater a extinção ou, ao menos, verificar a necessidade de se manter nos moldes atuais o serviço de desinfecção (posto COVID): sobre essa questão, num primeiro momento, o planejamento desta contratação seguiu com a previsão do serviço de Desinfecção (postos COVID), visto que ainda não havia uma decisão quanto à necessidade de continuidade dos protocolos

de "higiene, limpeza e desinfecção dos ambientes". Contudo, com a publicação da Portaria PRES/INSS nº 1.727, de 18 de julho de 2024 (SEI 17083118), que determina a exclusão de tal serviço nos contratos de limpeza e conservação, conforme art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, alínea "a", tais postos foram excluídos da presente contratação;

d) Colocar carregadores volantes sob demanda ao contrato de transporte/Vans do INSS e tirar o serviço da contratação de limpeza: a equipe de planejamento entende não ser possível atender essa sugestão neste momento, visto que o atual contrato de transporte vem sendo prestado a contento, atende todo o Estado de Santa Catarina e não é possível aditivar um serviço que não foi inicialmente licitado. Tal sugestão poderá ser estudada na próxima contratação de serviço de transporte.

6.6. Ciclo de vida dos materiais de limpeza (produção, distribuição, uso e destinação final):

6.6.1. Os materiais agregados ao serviço devem ser escolhidos conforme critérios de sustentabilidade. A contratada deve dar preferência à utilização de materiais e embalagens biodegradáveis e, no caso dos resíduos gerados, deverão ser descartados em lixeiras seletivas ou disponibilizados ao sistema de logística reversa. Quanto ao uso da energia elétrica, é importante que as empresas atentem-se em disponibilizar equipamentos com selo PROCEL e que se configurem entre os mais eficientes energeticamente do mercado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A contratação se dará através de produtividades (para o caso da limpeza ordinária) definida ao longo do Planejamento, com estudo histórico, produtividade adotada na contratação anterior, bem como os ajustes demandados pela gestão do Contrato e pelo levantamento atualizado das áreas das Unidades vinculadas à Gerência Executiva de Criciúma/SC.

7.1.1. Com base no levantamento atualizado das áreas das unidades vinculadas a GEXCRI, verificou-se uma redução da metragem a ser contratada, a qual impacta no quantitativo de serventes alocadas nas Unidades. Para manter o equilíbrio entre a área contratada e o número de serventes alocadas nas Unidades foi necessário reduzir 3 serventes de 44h (limpeza ordinária): 1 servente no prédio da Gerência Executiva de Criciúma, 1 na APS de Araranguá e 1 servente na APS de Tubarão.

7.1.2. Para as unidades em que a área física é menor do que a produtividade estabelecida será considerada como área (interna /externa) a produtividade mínima de referência adotada (Anexo VI-B, item 9, IN/SEGES/05/2017).

7.2. Para a mensuração das horas eventuais, foi adotado o padrão de 3 horas/mês por unidade, conforme justificativas apresentadas no item 6 (acima).

7.3. Para o estimativo do limite máximo de diárias de carregadores, foi definido o limite de 10 diárias mensais por GEX, conforme justificativas apresentadas no item 6 (acima).

7.4. O quadro total dos serviços, quantidades e carga horária estará no Anexo IV do Edital (Planilha Estimativa de Custos).

7.5. A licitação será realizada em 1 (um) grupo, formados por **04 (quatro)** itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo.

7.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, EPI's, uniformes e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas neste instrumento, promovendo sua substituição quando necessário.

7.6.1. A Contratada deverá observar conduta adequada na utilização dos materiais, objetivando a correta execução dos serviços.

7.6.2. Será de inteira responsabilidade da Contratada, orientar corretamente seus funcionários para o eficaz manuseio e guarda dos produtos.

7.6.3. Os materiais/insumos deverão ser usados com eficiência para evitar desperdícios, estando sujeita a empresa a aplicação de glosas caso seja identificado tal prática por parte dos empregados.

7.6.4. Será de inteira responsabilidade da Contratada orientar corretamente seus funcionários para o eficaz manuseio e guarda dos equipamentos, assim como providenciar a manutenção e substituição dos equipamentos danificados.

7.6.5. A Contratada deverá usar material de limpeza e outros produtos químicos necessários, que estejam aprovados pelo órgão governamental competente, e que não causem danos às pessoas, bem como aos revestimentos, pisos, instalações, e redes de água e esgoto.

7.6.6. A Contratada deverá prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas contendo marca de conformidade de qualidade (INMETRO ou similar) com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações.

7.6.7. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Projeto Básico e na proposta, observado o disposto no subitem anterior, devendo ser substituídos o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.6.8. Os equipamentos deverão ser fornecidos de uma só vez, e a Administração arcará com o custo da depreciação correspondente APENAS ao período contratual. Portanto, o custo dos equipamentos deverá ser reportado à planilha de formação de preços a título de depreciação por posto de trabalho. Suas substituições deverão ser realizadas a cargo da Contratada sem onerar o valor contratual firmado.

7.6.8.1. Para o cálculo do insumo Depreciação de Equipamentos, adotou-se vida útil de 10 anos. Para elaboração da Planilha a Licitante deverá seguir orientações da RFB.

7.6.9. A Contratada fornecerá todos os materiais e equipamentos no início da execução conforme planilha estimativa de custos. Independente do material/equipamento ser de entrega mensal ou entrega única (uma entrega no início do contrato com compromisso de manter disponível/funcionando), estes devem estar disponíveis nas dependências da contratante para uso pelos funcionários da contratada NO PRIMEIRO DIA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.6.10. As entregas posteriores dos materiais de consumo mensal serão até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, mediante apresentação de Nota Fiscal ou Recibo e deverão ser suficientes para a perfeita execução dos serviços (tanto com relação à qualidade quanto à quantidade).

7.6.11. A Contratada deverá fornecer, treinar e exigir que seus empregados utilizem equipamentos de segurança proporcionando a eles condições que lhes protejam a saúde e/ou previna acidentes e/ou doenças do trabalho.

7.6.11.1. Os EPIs serão entregues aos prestadores de serviços sem qualquer desconto dos empregados.

7.6.11.2. Os EPIs deverão estar de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentadora 6 (NR-6).

7.6.11.3. Os EPIs necessários à execução das tarefas deverão estar no local da prestação de serviços, integralmente desde o primeiro dia da execução contratual. Cada empregado, mediante recibo contendo a lista descritiva relacionando cada EPIs deverá assinar, datar e atestar ter recebido os materiais completos. Uma via desta relação assinada deverá ser entregue antes do efetivo início dos trabalhos à Fiscalização do Contrato.

7.6.11.4. A relação MÍNIMA de EPIs é a disposta na planilha estimativa de custos. O valor total dos EPIs deverá ser dividido pelo número de meses e pelo total de serventes com o objetivo de compor o valor a ser inserido na planilha de composição de custos de cada trabalhador. A empresa deverá se responsabilizar pela reposição dos EPIs quando necessário ou quando solicitado pela Administração.

7.6.12. Os uniformes e seus complementos a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser novos e com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo condizentes peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

7.6.12.1. O uniforme deve atender o contido na CCT e os quantitativos mínimos previstos na Planilha Estimativa de Custos.

7.6.13. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, compatível com o clima da região, durável e que não desbote facilmente, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

7.6.14. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

7.6.14.1. No início da execução (primeiro dia) do contrato a empresa deverá entregar todas as peças a serem discriminadas no Termo de Referência, devendo ser substituído, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

7.6.14.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados, observando-se que as trabalhadoras gestantes ou lactantes têm o direito de permanecerem afastadas de atividades de risco durante a gestação e amamentação (art. 394-A da CLT);

7.6.14.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

7.7. Para definição do quantitativo de materiais foi utilizado o consumo histórico das unidades com licitações anteriores. O Consumo histórico consta demonstrado em cada um dos processos licitatórios, a saber: 35014.224868/2021-61 (Limpeza Blumenau), 35014.203479/2021-01 (Limpeza Caxias do Sul), 35014.203509 /2021-71 (Limpeza Curitiba e Ponta Grossa) e 35014.029007/2022-52 (Limpeza Florianópolis). A análise dos processos acima citados levou a uma quantidade média de utilização mensal por servente. Tal média foi utilizada nas 7 contratações decorrentes do PE 12/2022, no PE 12/2023 e conforme informado pela Gestão contratual (15160999) até o momento o quantitativo mostrou-se adequada.

7.7.1. Partindo-se da definição do quantitativo mensal por servente, elaborou-se nova pesquisa de preços dos insumos com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, chegando ao percentual aproximado de 17% sobre o custo da mão de obra do servente. Ainda, se comparado com o percentual referencial de até 24% previsto no art. 27 da Portaria PRES /INSS nº 1.586, de julho de 2023 - Diretrizes Técnicas de limpeza e conservação, conclui-se que a estimativa de custos dos insumos para a presente contratação está adequada.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.495.093,96

8.1. O valor estimado da Contratação foi apurado através de pesquisa de mercado para os insumos para a execução dos serviços de limpeza e copeiragem.

8.1.1. Para os serviços de carregadores eventuais, o valor estimado da diária foi definido por pesquisa de preços.

8.2. Para estimativa dos custos dos postos com dedicação exclusiva de mão de obra e das serventes horistas foram elaboradas planilhas de Custos e Formação de Preços constantes no Anexo IV do Edital.

8.2.1. A planilha seguiu o alinhamento do INSS estabelecido através da Portaria DIROFL/INSS Nº 156, de 13 de novembro de 2023.

8.2.2. A elaboração das planilhas também seguiu orientações dos Cadernos Técnicos da SEGES e as Convenções Coletivas atualizadas da categoria.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O Contrato terá natureza contínua e será licitado em 01 (um) grupo, visando à obtenção de ganho de escala e economia processual. A gestão dos Contratos será centralizada na Superintendência Regional Sul, tendo em vista a estruturação da SR com a existência de LOGÍSTICAS CENTRALIZADAS (LOG LIMP). É vantajoso para a Administração agrupar os serviços de duas Gerências Executivas em um único contrato, evitando-se assim maiores custos administrativos e operacionais. Caso a licitação ocorresse por itens isolados, sendo cada Agência da Previdência Social um item, os custos com publicação, gestão, entre outros, seriam bem maiores;

9.2. O agrupamento em um polo (microrregião), justifica-se, ainda, em virtude da limitação da capacidade operacional da SRSUL, além das justificativas constantes no item 5 do ETP.

9.3. Com vistas à ampliação da competitividade, aponta-se o que reza o art. 47 da Lei 14.133/2021:

"As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado".

9.4. A Súmula nº 274 do TCU expõe a necessidade da Administração observar nas licitações a possibilidade de parcelamento, quando técnica e economicamente viável:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

9.5. Quanto ao agrupamento dos serviços de limpeza, conservação e higienização, copeiragem e carregadores, sob demanda, além de horas eventuais do serviço de limpeza sob demanda com o fornecimento de material, EPIs e uniformes a justificativa é que os serviços se relacionam e, portanto, o agrupamento é vantajoso sob os pontos de vista técnico e econômico. No presente caso, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade, pois todos os serviços são da mesma natureza e prestados pelo mesmo tipo de empresa, permitindo, ainda, a diluição dos custos indiretos.

9.5.1. Ainda com relação ao agrupamento dos serviços de Estiva e Copeiragem com Limpeza tecemos as seguintes ponderações:

9.5.1.1. Historicamente o serviço de carregadores do INSS era contratado como um contrato autônomo, com postos de trabalho e com um valor bastante baixo (1 ou 2 postos por contrato), o que tornava a contratação pouco atrativa e acabava sendo realizada por empresas com pouca ou nenhuma estrutura.

9.5.1.2. A contratação conjunta dos serviços é prática comum no serviço público, como se observou no PE 05/2022 da Companhia Brasileira de Trens (275057), PE 01/2022 da Universidade Federal de Itajubá (158161), PE 13/2021 do Ministério da Saúde (255014), no pregão 20/2021 do INSS (510181). Isso constatou-se em uma rápida consulta ao Comprasnet buscando-se as expressões "limpeza" e "carregadores".

9.5.1.3. Na Superintendência Regional Sul a junção dos serviços ocorreu na licitação anterior, PE 12/2022 e obteve-se a participação de 15 fornecedores interessados para o polo IV, o que demonstra de forma efetiva que a inclusão dos serviços de carregadores em uma licitação não afasta potenciais fornecedores.

9.5.1.4. Já a contratação conjunta de limpeza e copeiragem, apesar de ser uma novidade na SRSUL, é uma solução adotada em outras Superintendências do INSS, como por exemplo na SRSE-I, no processo SEI 35014.063369/2022-72, conforme justificativas apresentadas no item 5 deste Estudo.

9.6. O agrupamento de duas Gerências Executivas respeita a capacidade operacional dos licitantes e facilita o gerenciamento dos contratos pela Administração, face ao quadro atual de servidores. Esse modelo de contratação permitirá ao INSS obedecer o princípio da segregação de funções, permitindo o regular desenvolvimento das licitações e das gestões de contratos, como ressalta o Acórdão nº 5.840/2012 da 2ª Câmara desta Corte de Contas, verbis:

"Deve-se evitar a nomeação de mesmos servidores para atuar, nos processos de contratação, como requisitante, pregoeiro ou membro de comissão de licitação, fiscal de contrato e responsável pelo atesto da prestação de serviço ou recebimento de bens, em respeito ao princípio da segregação de funções."

9.7. Ainda, cumpre mencionar que a Administração Federal vem buscando equilibrar o déficit nas contas públicas e o INSS não está medindo esforços na busca de reduzir despesas a fim de que seja possível a manutenção das atividades dentro dos padrões mais básicos. A contratação nesses moldes proporciona à Administração "ganho de escala", ou seja, a empresa licitante, mediante o aumento no quantitativo de postos de trabalho consegue preços melhores de materiais para emprego na execução dos serviços e tem diluído os valores nos custos indiretos de administração, podendo, desta forma, apresentar proposta mais vantajosa para a Administração.

9.8. Assim, sob o ponto de vista econômico a contratação de uma única empresa para atender o polo IV da Superintendência (Gerências de Criciúma e Chapecó), evita ônus administrativo e burocrático consequentes à contratação concomitante por intermédio de várias empresas prestadoras de serviço, gerando economia de escala, tempo, ganhos de eficiência e maior compromisso da empresa contratada.

9.9. Esse modelo não só reduz consideravelmente os riscos de execução como também permite propostas mais consistentes e econômicas por parte dos licitantes, reduzindo os custos a serem apresentados. O modelo promove a economicidade, na medida em que não serão absorvidos os custos consequentes à agregação de vários profissionais responsáveis por atividades técnicas e administrativas, tais como prepostos, gestores ou supervisores técnicos. Caso isto ocorresse representaria a multiplicação destas despesas por tantas quantas fossem as empresas contratadas.

9.10. Quanto ao gerenciamento dos serviços, tem-se que estes serão mais eficientes, uma vez que concentrará a gestão do contrato em equipes preparadas para atendimento das demandas, possibilitando a especialização dos servidores.

9.11. Pelos motivos acima expostos, entendemos que a contratação centralizada é o modelo mais adequado para atender às necessidades técnicas e econômicas das unidades vinculadas à SRSUL, atendendo plenamente aos interesses da Administração.

9.12. A filosofia da SRSUL é a de formar equipes especializadas para atender e solucionar demandas de maneira célere e com precisão técnica, em consonância com o Princípio da Eficiência insculpido no texto constitucional (art. 37 caput da Constituição Federal).

9.13. Finalmente, a centralização das contratações está alinhada com a Autarquia e está regulamentada pela IN nº 129/PRES/INSS, de 23 de dezembro de 2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretensa contratação se faz consonante ao Planejamento Estratégico do INSS, estando contemplada no Mapa Estratégico do INSS, aprovado pela RESOLUÇÃO CEGOV/INSS Nº 33, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023, que aprova o Mapa Estratégico do INSS para o quadriênio 2024/2027, bem como com a RESOLUÇÃO CEGOV/INSS Nº 37, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023, que aprova o plano de ação do INSS para o ano de 2024.

11.2. O objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e foi incluído no PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações do INSS para o ano de 2024.

11.2.1. Além de estar alinhado com o Planejamento Estratégico, a contratação está prevista no PAC 2024 - Contratação 510181-90156/2024 (SEI 15690173).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços objeto deste estudo se faz necessária para manter permanentemente atendidas as necessidades da Administração, com a finalidade de propiciar bem-estar aos funcionários e ao público em geral.

12.2. Os serviços de serviços de limpeza, conservação e higienização, copeiragem e carregadores, objeto da pretensa contratação, são considerados serviços continuados, que não podem sofrer solução de continuidade, vez que sua interrupção comprometerá as atividades do Instituto, causando prejuízos à grande parcela da população.

12.3. A contratação em questão destinar-se-á, ainda, à manutenção dos locais de trabalho nos padrões de asseio exigidos, visando proporcionar condições ideais de funcionamento às unidades, bem como de atendimento à clientela previdenciária, sob a melhor relação “custo x benefício” possível para o INSS.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A contratação, nos moldes avençados mostra-se mais benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos adicionais, tais como contratação, treinamento e administração de mão de obra própria, locação e/ou aquisição de equipamentos, insumos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

13.2. Ressalte-se que na presente contratação a Administração exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de mercado, otimização dos recursos, redução dos desperdícios, diminuição da poluição e demais ações decorrentes para utilização de equipamentos e materiais que respeitem o meio ambiente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A empresa a ser contratada poderá ter bens agregados ao serviço e estes devem ser escolhidos conforme critérios de sustentabilidade, quando for o caso. Os materiais de consumo solicitados, trata-se de materiais biodegradáveis e, no caso dos resíduos gerados que é mínimo, deverão ser descartados em lixeiras seletivas. Quanto ao uso da energia elétrica, é importante que as empresas atentem-se em disponibilizar equipamentos com selo PROCEL e que se configurem entre os mais eficientes energeticamente do mercado, e ainda deverá:

14.2. Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.3. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;

14.4. Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

14.5. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

14.6. Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, e periodicamente, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.7. Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 10.936 /2022; e

14.8. Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

14.9. É de responsabilidade da contratada na prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização cumprir a legislação ambiental, para a gestão sustentável dos serviços, observando a quantidade, qualidade e periodicidade exigida.

14.10. É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, materiais de limpeza, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades de limpeza dos ambientes relativos à contratação.

14.11. A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.

14.12. É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

14.13. É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.

14.14. A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.

14.15. A contratada deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.

14.16. Os serviços de limpeza que necessitem de veículos automotores para execução das atividades, devem reduzir as emissões de gases poluentes, utilizando modelos de veículos classificados como A ou B pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular e utilizar biocombustíveis para abastecimento.

14.17. É obrigação da contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como práticas de racionalização.

14.18. A contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.

14.19. Só será admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho.

14.20. A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.

14.21. É obrigação da contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

14.22. A contratada deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.

14.23. As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008.

14.24. A contratada deverá recolher as lâmpadas fluorescentes e os pneus de veículos utilizados para prestação dos serviços, para descartá-los junto ao sistema de coleta do fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor conforme sistema de Logística Reversa previsto em legislação específica.

14.25. É obrigação da Contratada a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado pela Contratante.

14.26. É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I, listados no art. 5º da Resolução nº 336/1999, na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001.

14.27. É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previstos na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto 2010.

14.28. É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

14.29. É obrigação da contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, que sejam biodegradáveis.

14.30. É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.

14.31. É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

14.32. É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações.

14.33. O fornecimento de produtos e serviços deve primar pela qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, utilizando os seguintes premissas:

a) Utilização de produtos de limpeza nas especificações técnicas previstas no edital, que sejam menos agressivos ao meio ambiente ou de menor impacto ambiental.

b) Eliminação de sujidades e manchas nos pisos, tetos, paredes, móveis, persianas e cortinas, vidros, sanitários, lavatórios e chuveiros.

c) Esvaziamento de pelo menos $\frac{2}{3}$ de lixeiras por turno, obedecendo às características adotadas para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos.

d) Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual, por empregado.

e) Utilização de uniformes em condições apresentáveis e nas especificações determinadas.

f) Comunicar a contratante sobre defeito em torneiras e válvulas de descarga danificadas.

g) Reutilizar água de limpeza para ambientes externos.

- h) Empregar equipamentos mais eficientes para a limpeza e que consumam menos energia elétrica.
- i) Usar equipamentos de limpeza que emitam menos ruídos e sejam menos prejudiciais à saúde e à qualidade de vida do empregado e dos usuários.
- j) Ausência de resíduos nos ambientes de trabalho ou nos locais nos quais se presta o serviço.
- k) Realizar a manutenção/substituição dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços que apresentarem mau funcionamento e/ou limpeza necessária para esses objetos (bens ou materiais).

14.34. A contratada ficará obrigada a adotar ações que reduzam a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente.

14.35. A contratada deve implementar mecanismos de sustentabilidade ambiental que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos alergênicos e irritantes para o consumidor, utilização de produtos naturais, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, entre outros.

14.36. Recomenda-se que seja exigido da contratada a implementação de ações que reduzam a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 19/01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e o Guia de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas justificativas, premissas e objetivos descritos neste estudo, esta equipe de planejamento declara ser viável a contratação conjunta dos serviços de limpeza, carregadores e copeiragem.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: 15070915

ANA CANDIDA GONZALEZ PLACIDI ROBERTI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 01/08/2024 às 13:48:09.

Despacho: 15070915

ALESSANDRA MUSSI DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 01/08/2024 às 10:04:49.

Despacho: 15070915

JULIANA DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 01/08/2024 às 10:07:03.